

**Relatório de Riscos e  
Oportunidades Sociais,  
Ambientais e Climáticas**

**2024**



# Sumário

<b>Apresentação</b>	<b>3</b>
<b>Governança de gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático</b>	<b>4</b>
a) Instâncias de governança com atribuições no gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático	5
b) Responsabilidades atribuídas às instâncias identificadas no item (a), e do relacionamento entre elas	5
c) Processo e frequência de recebimento pelo CA e, na ausência deste, pela diretoria de informações relativas aos riscos social, ambiental e climático	8
d) Descrição dos critérios utilizados pelo CA e, na ausência deste, pela diretoria para assegurar a consideração dos riscos social, ambiental e climático, quando relevantes, nos processos de aprovação e revisão	9
e) Formas de monitoramento pelo CA e, na ausência deste, pela diretoria dos objetivos estratégicos e, se aplicável, das metas da instituição relacionadas à aspectos sociais, ambientais e climáticos	10
<b>Estratégia utilizada no tratamento dos riscos social, ambiental e climático</b>	<b>12</b>
a) Identificação dos eventos de riscos social, ambiental e climático que geram possibilidade de perdas relevantes para a instituição em diferentes horizontes de tempo	13
b) Identificação de concentrações significativas dos riscos mencionados no item (a) nas exposições de crédito da instituição, observando o disposto no art. 38-D, inciso V, da Resolução nº 4.557, de 2017	14
c) Descrição de como os eventos mencionados no item (a) são considerados nos negócios, nas estratégias e no gerenciamento de capital da instituição, detalhando o horizonte de tempo considerado e os critérios adotados na priorização dos riscos avaliados	15
d) Descrição das hipóteses de mudanças em padrões climáticos e de transição para uma economia de baixo carbono utilizadas na realização de análises de cenários, no âmbito do programa de testes de estresse	16
e) Descrição da capacidade de adaptação da instituição, considerando as hipóteses mencionadas no item (d)	18
<b>Processos de gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático</b>	<b>20</b>
a) Descrição do processo de identificação, mensuração e avaliação dos riscos social, ambiental e climático	21
b) Descrição dos critérios utilizados para a classificação das exposições quanto aos riscos social, ambiental e climático, considerando o setor econômico, a região geográfica e o prazo médio das exposições	23
c) Descrição dos mecanismos utilizados para a identificação tempestiva de mudanças políticas, legais ou regulamentares que possam impactar o risco climático de transição incorrido pela instituição	23
d) Descrição dos mecanismos utilizados para o tratamento, no âmbito de gerenciamento integrado de riscos, das interações entre os riscos social, ambiental e climático, e entre esses e os demais riscos incorridos pela instituição	24
e) Descrição dos processos de gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático, destacando o monitoramento, o controle e a mitigação desses riscos	25
f) Descrição dos mecanismos utilizados para o monitoramento de concentrações em setores econômicos, regiões geográficas ou segmentos de produtos e serviços mais suscetíveis a sofrer ou causar impactos sociais, ambientais e climáticos	25

## Apresentação

O Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (Relatório GRSAC) apresenta uma análise integrada dos principais desafios e potencialidades referentes ao desempenho e à sustentabilidade da Organização.

O objetivo deste Relatório é fornecer informações sobre como a Organização identifica, avalia, gerencia e monitora os riscos e oportunidades relacionados aos aspectos sociais, ambientais e climáticos. O Relatório aborda a governança de gerenciamento desses riscos, incluindo as atribuições e as responsabilidades das instâncias envolvidas nesse processo, os potenciais impactos desses riscos sobre os negócios, as estratégias e o gerenciamento de riscos e capital e os respectivos processos de gestão. Essas informações estão conforme Instrução Normativa nº 153 do Banco Central do Brasil (BCB) e compreendem as seguintes informações:

- Governança de gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático (corresponde à Tabela GVR da norma do BCB);
- Estratégias utilizadas no tratamento dos riscos social, ambiental e climático (corresponde à Tabela EST da norma do BCB);
- Processos de gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático (corresponde à Tabela GER da norma do BCB).

Recomenda-se a leitura deste Relatório em conjunto com outros documentos divulgados pela Organização, tais como o Relatório de Gerenciamento de Riscos – Pilar 3 (trimestral), Relatório Integrado de Riscos (anual) e Relatório de Mudanças Climáticas (anual), disponíveis no nosso *site* de Relações com Investidores ([www.bradescori.com.br](http://www.bradescori.com.br)).

**Boa leitura!**

# **Governança de gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático**

**(corresponde à Tabela GVR da norma do BCB)**

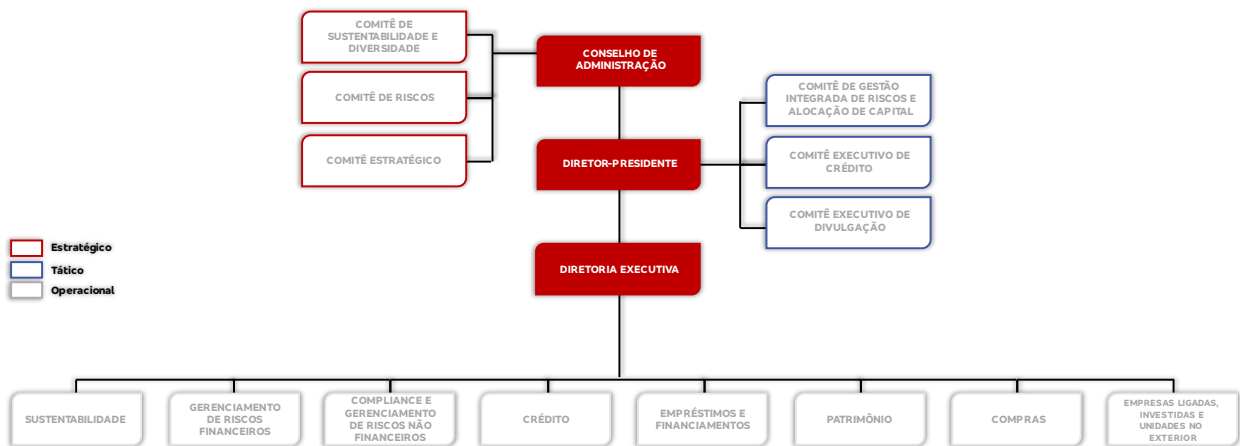


**bradesco**

## a) Instâncias de governança com atribuições no gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático

A estrutura de gerenciamento dos riscos sociais, ambientais e climáticos é composta por diversos fóruns e departamentos que subsidiam o Conselho de Administração, o diretor-presidente, o diretor de Riscos (*Chief Risk Officer – CRO*) e a Diretoria Executiva da Organização no exercício das suas atribuições.

A seguir, destacamos as principais instâncias envolvidas nesse gerenciamento:



## b) Responsabilidades atribuídas às instâncias identificadas no item (a), e do relacionamento entre elas

### Nível estratégico

#### i. Conselho de Administração do Banco Bradesco S.A. (Conselho)

Órgão de deliberação colegiada que tem entre suas principais atribuições estabelecer a estratégia da Organização Bradesco, segundo as melhores práticas de governança corporativa; revisar os planos e políticas de negócios, protegendo e maximizando o retorno do investimento dos acionistas; e supervisionar as atividades da Diretoria Executiva, garantindo o respeito aos princípios da ética.

O Conselho de Administração (Conselho) é composto de 6 (seis) a 11 (onze) membros.

#### ii. Comitê de Riscos

Órgão não estatutário de caráter permanente e consultivo, que tem por objetivo assessorar o Conselho no desempenho de suas atribuições relacionadas ao gerenciamento de riscos e de capital.

Dentre suas atribuições, o Comitê avalia os níveis de apetite por riscos fixados na Declaração de Apetite a Riscos (*Risk Appetite Statement – RAS*), bem como as estratégias para o seu gerenciamento; supervisiona a atuação e o desempenho do diretor de Riscos (CRO) e a observância, pela Diretoria da Organização, dos termos da RAS.

Adicionalmente, o Comitê avalia o grau de aderência dos processos da estrutura de gerenciamento de riscos às políticas estabelecidas e propõe recomendações ao Conselho sobre políticas, estratégias, estruturas, planos, cenários e limites de gerenciamento de riscos. São considerados os parâmetros compreendidos no mapa corporativo, limites de capital, programa de teste de estresse e contingência, incluindo, mas não se limitando à segurança cibernética, prevenção à lavagem de dinheiro, *compliance*, política de continuidade de negócios, planos de contingência de capital e liquidez.

O Comitê de Riscos é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, sendo todas as nomeações e destituições feitas pelo Conselho de Administração.

### **iii. Comitê Estratégico**

Órgão não estatutário de caráter permanente que tem por objetivo assessorar o Conselho no desempenho de suas atribuições relacionadas à gestão estratégica da Organização.

Dentre suas atribuições, o Comitê Estratégico apoia no estabelecimento da estratégia da sociedade, buscando seu alinhamento aos aspectos ambientais, sociais e de governança (ASG), com o objetivo de proteger e maximizar o retorno do investimento do acionista.

O Comitê realiza o acompanhamento dos planos de negócio, compreendendo ações estratégicas da Organização em face da definição das diretrizes de curto, médio e longo prazos. Também monitora políticas, diretrizes e tendências de mercado, procurando identificar novas demandas estratégicas.

O Comitê Estratégico é composto de 3 (três) a 7 (sete) membros, todos formalmente nomeados pelo Conselho.

### **iv. Comitê de Sustentabilidade e Diversidade**

Órgão não estatutário de caráter permanente, que tem por objetivo definir a estratégia de sustentabilidade e assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições, conciliando desenvolvimento econômico com responsabilidade social, ambiental e climática. Além disso, o Comitê garante que a Política Corporativa de Sustentabilidade, a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) e a Norma de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática estejam atualizadas, aprova normas, procedimentos corporativos e demanda análises de risco alinhadas à estratégia de sustentabilidade. Ele também aprova programas de treinamento, delibera sobre avaliações da Comissão de Sustentabilidade, e submete ao Conselho de Administração a aprovação de estratégias, normas e adesão a compromissos de sustentabilidade. O Comitê informa ao Conselho sobre a evolução da estratégia de sustentabilidade, *performance* em índices ESG e o cumprimento das políticas relacionadas ao tema.

O Comitê é composto por, no mínimo, 5 (cinco) membros formalmente nomeados pelo Conselho de Administração.

## **Nível tático**

### **i. Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital (COGIRAC)**

Órgão não estatutário de caráter permanente, que tem por objetivo assessorar o diretor-presidente no gerenciamento de riscos, incidentes e crises, controles internos e *compliance*, segurança da informação, prevenção a fraudes e lavagem de dinheiro etc. Ele valida e submete para avaliação do Comitê de Riscos e para deliberação do Conselho de Administração as políticas de gerenciamento de riscos e capital, programa de testes de estresse e ações de mitigação de impactos. O COGIRAC também assegura o cumprimento das políticas de gerenciamento de riscos, desempenho, necessidade de capital e suficiência, e avalia a efetividade dos controles internos.

Além disso, o Comitê aprecia e submete propostas de criação ou revisão de políticas e estruturas, analisa a viabilidade de contratações em condição de possível conflito de interesses e delibera sobre temas relacionados à cidadania financeira e pendências regulatórias. Ele acompanha temas como segurança da informação, prevenção a fraudes, e conduta no relacionamento com o cliente, garantindo que todas as atividades estejam alinhadas às melhores práticas e regulamentações vigentes.

O COGIRAC é composto, no mínimo, por 5 (cinco) membros, entre executivos e um coordenador.

## ii. Comitê Executivo de Crédito

Órgão deliberativo não estatutário de caráter permanente, que tem por objetivo tomar decisões colegiadas sobre consultas de limites ou operações de crédito da Organização (incluindo agências no exterior), da Bradesco Financiamentos, da Bradesco Promotora e da Bradesco Cartões, reportando e formalizando, periodicamente, as deliberações consideradas relevantes ao diretor-presidente.

Dentre suas atribuições, o Comitê Executivo de Crédito toma decisões colegiadas, dentro de sua alçada, sobre consultas de limites ou operações que envolvam risco de crédito com propostas feitas pelos segmentos, empresas ligadas da Organização e agências no exterior. Os pleitos são previamente analisados e contam com parecer do Departamento de Crédito e, sempre que solicitado, parecer de riscos social, ambiental e climático.

O Comitê Executivo de Crédito é composto por, no mínimo, 5 (cinco) membros.

## iii. Comitê Executivo de Divulgação

Órgão não estatutário de caráter permanente e com poderes deliberativos, que tem por objetivo assessorar o diretor-presidente quanto à conformidade da Organização com leis e regulamentações aplicáveis ao assunto e a padrões determinados. Provê suporte na divulgação de informações relevantes relacionadas à Organização e assegura o controle, uniformidade, qualidade e transparência na divulgação de informações ao mercado.

O Comitê Executivo de Divulgação é composto por, no mínimo, por 5 (cinco) membros, todos nomeados pelo diretor-presidente.

## Nível operacional

### i. Departamento de Gerenciamento de Riscos Financeiros

Responsável por promover e viabilizar o controle de riscos e a alocação de capital por meio da certificação da existência, da execução e da efetividade de controles que assegurem níveis aceitáveis de riscos nos processos da Organização. Propõe e aplica políticas referentes aos riscos financeiros a serem observadas pela Organização, que incorporam aspectos sociais, ambientais e climáticos, em conformidade com as normas e procedimentos internos e externos.

### ii. Departamento de Sustentabilidade

Responsável pela execução transversal da estratégia de sustentabilidade, da gestão e do monitoramento da *performance* ambiental, social e climática.

Dentre suas responsabilidades, destaca-se a de desenvolver, propor e monitorar a implementação da estratégia de sustentabilidade nos negócios, nas operações e na relação com as partes interessadas da Organização de acordo com as diretrizes e princípios de natureza social, ambiental e climática, e com o atendimento das diretrizes da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática da Organização (PRSAC).

### iii. Departamento de Compliance e Gerenciamento de Riscos Não Financeiros

Tem como propósito, proteger e garantir a perpetuidade da Organização, apoiando as áreas de negócio na identificação de fragilidades que possam implicar riscos de falta de conformidade, gerando, assim, valor e confiabilidade para os clientes e sociedades.

### iv. Departamento de Crédito

Tem como missão garantir uma gestão eficiente na concessão e manutenção de crédito, que assegure rentabilidade e o crescimento com solidez dos ativos da Organização.

Dentre suas atribuições está inclusa a responsabilidade pela análise, concessão e manutenção de limite de crédito dos clientes, bem como a gestão de garantias, visando ao atendimento nos parâmetros de qualidade, agilidade e segurança destinado a toda Organização Bradesco. Propõe e aplica a Política de Crédito a ser observada por todas as empresas da Organização, que incorporam aspectos sociais, ambientais e climáticos, em conformidade com as normas e procedimentos internos e externos.

#### **v. Departamento de Empréstimos e Financiamentos**

Tem como desafio desenvolver continuamente produtos de crédito inovadores e eficientes para gerir a política de precificação e apoiar sua comercialização nos segmentos e canais de divulgação/oferta de produtos e serviços da Organização.

#### **vi. Departamento de Patrimônio**

É responsável pela gestão da ecoeficiência da Organização e pela produção anual do inventário de emissões de gases de efeito estufa das atividades operacionais, de acordo com os padrões de reporte do mercado, promovendo a gestão de espaços corporativos, mobilidade, logística e venda de bens móveis/imóveis da Organização, com eficiência, inovação e práticas sustentáveis.

#### **vii. Departamento de Compras**

Tem a missão de garantir a melhor aquisição de produtos e serviços. Avalia também riscos sociais, ambientais e climáticos na contratação de fornecedores.

#### **viii. Departamentos, empresas ligadas, empresas investidas e unidades no exterior**

Responsáveis por atuar em consonância com a estratégia de sustentabilidade, políticas e normas internas, bem como aos compromissos voluntários assumidos pela Organização em suas atividades e processos.

### **c) Processo e frequência de recebimento pelo CA e, na ausência deste, pela diretoria de informações relativas aos riscos social, ambiental e climático**

O Conselho e a Diretoria Executiva recebem, sempre que necessário, informações relativas aos riscos sociais, ambientais e climáticos, de acordo com a governança estabelecida pela Organização. Os fóruns nos quais usualmente os temas RSAC são apresentados estão listados abaixo e ocorrem com as respectivas periodicidades:

<b>Fórum</b>	<b>Periodicidade</b>
<b>Comitê de Riscos</b>	Mensal
<b>Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital</b>	Mensal
<b>Comitê Executivo de Crédito</b>	Sempre que necessário
<b>Comitê Executivo de Divulgação</b>	Sempre que necessário
<b>Comitê de Sustentabilidade e Diversidade</b>	Bimestral
<b>Comitê Estratégico</b>	Sempre que necessário

## **d) Descrição dos critérios utilizados pelo CA e, na ausência deste, pela diretoria para assegurar a consideração dos riscos social, ambiental e climático, quando relevantes, nos processos de aprovação e revisão**

Os riscos sociais, ambientais e climáticos (RSAC) são tratados em diferentes fóruns da Organização a partir de diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração, conduzidas pela Diretoria em comitês e processos de gestão de riscos. Abaixo segue o detalhamento dos principais critérios utilizados em diferentes processos nos quais os temas são considerados relevantes.

### **Risk Appetite Statement – RAS (Declaração de Appetite a Riscos)**

A RAS refere-se aos tipos e níveis de riscos que, de forma ampla, a Organização se dispõe a admitir na realização dos seus negócios e objetivos. Para sua aprovação e revisão são considerados os critérios de materialidade do risco, objetivos estratégicos de perenidade da Organização e a capacidade de geri-lo por meio de processos específicos. A RAS é definida e formalizada pelo Conselho, subsidiado pelo Comitê de Riscos e pelo COGIRAC, que tem por atribuição validá-lo e estabelecer limites de exposição por tipo de riscos, políticas de gerenciamento de riscos e de capital apresentadas pelos comitês executivos.

A RAS é atualizada anualmente, ou sempre que necessário, e contempla os riscos sociais, ambientais e climáticos.

### **Políticas, estratégias e limites de gerenciamento de riscos e de capital**

Para aprovação e revisão de suas políticas, normas e procedimentos de gerenciamento de riscos e do capital, a Organização avalia o alinhamento aos objetivos estratégicos relacionados à experiência do cliente e perenidade do negócio, também sendo considerada a conformidade com leis e regulamentos estabelecidos por órgãos supervisores, possibilidade de acompanhamento e mitigação.

Com relação à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), além dos critérios acima, é considerada a aderência a novos processos, tendências de mercado e temas materiais aos *stakeholders*.

### **Teste de estresse**

A estrutura de gerenciamento de riscos dispõe do programa de testes de estresse, com o objetivo de identificar vulnerabilidades às quais a Organização possa estar exposta. Os testes de estresse são exercícios de avaliação prospectivos que podem ter seus reflexos sobre o capital, a liquidez ou sobre o valor de um portfólio da Organização, considerando a avaliação de novas tendências, riscos emergentes, riscos relacionados ao cenário econômico base doméstico e global, e acompanhamento dos cenários elaborados para traçar o planejamento estratégico do banco.

O teste de estresse é utilizado como ferramenta para o gerenciamento de riscos em cenários aprovados em comissão, sendo seus resultados insumos para avaliação da suficiência de capital e de liquidez da Organização e elaboração dos respectivos planos de contingência.

As análises de sensibilidade que abrangem aspectos SAC são consideradas anualmente no teste de estresse para avaliação do impacto desses riscos na estabilidade financeira da Organização.

## Política para a gestão de continuidade de negócios

A gestão de continuidade de negócios refere-se à capacidade estratégica, tática e operacional da Organização de se planejar e responder a incidentes que possam afetar o funcionamento normal do negócio, minimizando seus impactos e recuperando perdas de ativos dos processos críticos, de forma a manter suas operações em um nível aceitável, previamente definido.

A política para a gestão de continuidade de negócios é aprovada pela alta administração e dispõe de planos de continuidade de negócios (PCN) para os quais estão mapeados os processos críticos. Para aprovação e revisão, é considerada a conformidade com leis, regulamentos, normas internas, compatibilidade das estratégias de continuidade de negócios com as necessidades identificadas nas análises de impacto, bem como averiguar se as ações de continuidade são viáveis.

## Plano de Contingência de Liquidez

Para a aprovação e revisão do Plano de Contingência de Liquidez é considerada a eficácia dos procedimentos adotados para garantir a exposição ao risco de liquidez em níveis estabelecidos nas políticas, no planejamento estratégico que visa à perenidade do negócio, além de considerar a legislação, normas e regulamentos que disciplinam o assunto.

O Plano de Contingência de Liquidez é aprovado pela alta administração e prevê seu acionamento em todo e qualquer momento em que os índices de liquidez alcancem níveis de tolerância máxima predeterminados, independentemente da causa da queda desses índices.

Acontecimentos de ordem social, ambiental ou climática podem afetar a liquidez do banco, tanto por meio de perda de captações como do recebimento de ativos. Portanto, os RSAC podem ser “gatilhos” para o acionamento do Plano de Contingência de Liquidez.

## Plano de Capital e Plano de Contingência de Capital

O Plano de Capital e o Plano de Contingência de Capital abrangem metas, ações e projeções de crescimento da Organização e de suas principais fontes de capital. Para sua aprovação e revisão são consideradas ameaças e oportunidades relativas ao ambiente econômico e de negócios, termos da Declaração de Apetite a Riscos e os objetivos estratégicos de perenidade do negócio definidos pela Organização, em conformidade com as normas, políticas e regulamentos internos e externos.

## Política de Remuneração

A Política de Remuneração da Organização, elaborada pelo Comitê de Remuneração e aprovada pelo Conselho, contempla uma série de indicadores que são observados na definição da remuneração variável. Dentre esses indicadores destacamos: i) retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROAE); ii) índice de eficiência; iii) satisfação dos clientes; e iv) cumprimento de aspectos socioambientais, conforme a *performance* social e ambiental nos índices de sustentabilidade, que abrangem a temática de mudanças do clima.

**e) Formas de monitoramento pelo CA e, na ausência deste, pela diretoria dos objetivos estratégicos e, se aplicável, das metas da instituição relacionadas à aspectos sociais, ambientais e climáticos**

A estratégia de negócios da Organização busca atender às expectativas dos clientes a partir de suas necessidades e momento de vida, aumentando sua satisfação por meio de uma experiência de excelência em todas as interações. Sendo assim, a Organização fundamenta sua atuação em quatro grandes pilares que sustentam o propósito corporativo:

- Clientes – nossa inspiração
- Transformação digital – como fazemos

- Pessoas – nosso time
- Sustentabilidade – feitos para durar

A sustentabilidade, integrada à nossa estratégia corporativa, é implementada e monitorada de maneira transversal, apoiada por uma estrutura de governança, incluindo o Conselho de Administração, que nos permite internalizar os aspectos ESG em nossas operações e decisões de negócios, alinhados às expectativas e aos interesses de nossos *stakeholders*.

Como uma das maiores instituições financeiras do Brasil, reforçamos o nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável, por meio das nossas operações e do fomento de negócios e iniciativas que gerem cada vez mais impactos positivos na sociedade e no meio ambiente. Nossa estratégia de sustentabilidade considera os desafios e tendências locais e globais do tema, em busca de uma *performance* mais sustentável e alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas, com foco em promover uma agenda de mudanças principalmente na agenda de negócios sustentáveis e climáticos.

A gestão de aspectos climáticos da Organização abrange tanto as operações quanto financiamentos e integra a avaliação de riscos e oportunidades, dando suporte à tomada de decisões e direcionamento da estratégia corporativa, com foco na resiliência dos negócios.

A Organização participa de diversas iniciativas setoriais e multissetoriais, como o Net-Zero Banking Alliance (NZBA), aliança global que estabelece o compromisso de zerar as emissões líquidas de gases do efeito estufa de suas carteiras de empréstimos e investimentos até 2050. Requer também o estabelecimento de metas intermediárias de redução de emissões até 2030, ou antes, com foco em setores carbono-intensivos e utilizando cenários climáticos alinhados às metas do Acordo de Paris. Entre 2023 e 2024, o Bradesco estabeleceu metas considerando a economia real, o contexto econômico brasileiro, para seis setores carbono intensivos, cuja evolução é monitorada pela área de Sustentabilidade em parceria com a área de Gerenciamento de Riscos Financeiros.

Já o item negócios sustentáveis tem o objetivo de trilhar caminhos para uma economia mais sustentável. A Organização possui a meta de direcionar R\$ 320 bilhões para negócios sustentáveis até 2025, impulsionando a concessão de crédito para atividades classificadas como de contribuição positiva (considerando a Taxonomia Verde da Febraban), produtos e serviços financeiros com foco socioambiental para pessoas físicas e jurídicas, além da assessoria na estruturação de soluções de crédito e dívida atreladas a critérios ASG (rotuladas como ambientais, sociais e de governança).

Por meio da governança integrada à gestão de riscos e aos negócios, a Organização acompanha os pilares de sustentabilidade de forma transversal, fazendo com que as discussões e decisões sobre o tema sejam institucionalizadas em diversas áreas e conforme as diretrizes estabelecidas na PRSAC (Responsabilidade Social, Ambiental e Climática).

Esses temas são acompanhados pelo Comitê de Sustentabilidade e Diversidade, bem como pelo Comitê de Riscos e Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, permitindo que o Conselho e a Diretoria Executiva monitorem os objetivos estratégicos e as metas da Organização relacionados a aspectos sociais, ambientais e climáticos.

# **Estratégia utilizada no tratamento dos riscos social, ambiental e climático**

**(corresponde à Tabela EST da norma do BCB)**



**bradesco**

## a) Identificação dos eventos de riscos social, ambiental e climático que geram possibilidade de perdas relevantes para a instituição em diferentes horizontes de tempo

Os riscos sociais, ambientais e climáticos (RSAC) associados às instituições financeiras são, em sua maior parte, indiretos e advêm das relações de negócios, incluindo aquelas com a cadeia de fornecimento e com os clientes, por meio de atividades de financiamentos e investimentos, além do monitoramento de riscos diretos (perdas operacionais), mesmo com sua baixa relevância na avaliação dos impactos.

Para a avaliação de impactos indiretos, a organização possui algumas frentes de atuação em diferentes fases de um produto: durante a análise de crédito, em bases históricas e em projeções futuras. O processo de identificação dos eventos de RSAC compreende, dentre outros aspectos, a avaliação dos setores de atividades que, por sua natureza, apresentam potencial de sofrer ou gerar impactos adversos cuja origem decorre dos três temas em questão.

Na análise de crédito são avaliados aspectos ambientais sensíveis relacionados às localizações das unidades produtivas ou projetos (georreferenciamento), entre outros. O objetivo é identificar potenciais impactos à biodiversidade, às comunidades tradicionais, violação aos direitos humanos, exposição às mudanças do clima, questões de saúde e segurança ocupacional, conformidade legal e responsabilidade social empresarial.

Nas análises históricas, são observados indicadores como concentração setorial da exposição da Organização por tipo de risco, além do acompanhamento, por meio de modelos estatísticos, da ocorrência de eventos climáticos extremos em diferentes cenários e em horizontes temporais futuros (anual, até 2050) por municípios, para avaliar a exposição aos riscos físicos. Ainda em projeções futuras, a Organização desenvolve metodologias para avaliação de sensibilidade de indicadores de estabilidade financeira com base em modelos de risco social, ambiental e climático.

As principais fontes de informações utilizadas no processo de identificação dos eventos de riscos social, ambiental e climático, são:

- Resolução CONAMA nº 237 (Licenciamento Ambiental);
- Resolução Consema nº 01/2018 e nº 372/2018 (Licenciamento Ambiental);
- IBAMA – Autuações Ambientais e Embargos;
- ICMBio – Demarcação de Unidade de Conservação;
- Funai – Demarcação de Terras Indígenas e Fundação Cultural Palmares;
- Resolução SMA nº 10/2017 (atividades com potencial de gerar áreas contaminadas);
- Cadastros públicos de áreas contaminadas;
- FEBRABAN – Taxonomia Verde;
- Classificação de risco por setor do *IFC* e da *S&P*;
- Cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à escravidão;
- Cenários de transição da Network for Greening the Financial System (NGFS);
- Índices e indicadores de risco climático físico da Plataforma AdaptaBrasil do MCTI;
- Volume de emissão de GEE de clientes baseado no padrão da PCAF (Partnership for Carbon Accounting Financials);
- Sistemas de alerta de desmatamento (MapBiomass e Prodes);
- SNISB – Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens.

A seguir, apresentamos o resultado da análise de concentração da exposição, composta por operações de crédito, títulos de dívida e operações não contabilizadas no balanço prudencial (data-base dez/24), segregada por setor econômico, região geográfica, prazo médio das exposições e classificação de risco. Quanto às perdas de crédito, cabe ressaltar que todos os setores, em certa medida, podem estar expostos, em diferentes níveis, aos eventos de riscos social, ambiental e

climático mapeados, mas não podemos afirmar que as perdas possuem relação direta e/ou exclusiva com eventos dessa natureza.

Detalhamento da classificação RSAC das exposições por região geográfica no Brasil, por setor econômico e por prazo médio

Setor Econômico	dez/24					
	Exposição de Crédito	Representatividade da Exposição	Prazo Médio da Exposição	Risco Social	Risco Ambiental	Risco Climático*
	R\$ milhões	%	meses			
Açúcar e Álcool	13.617	0,91%	16	Médio	Alto	Baixo
Agricultura	5.687	0,38%	25	Baixo	Baixo	Médio
Alimentícia	26.230	1,76%	17	Alto	Médio	Alto
Atacado	36.765	2,47%	19	Alto	Médio	Médio
Atividades Imobiliárias e Construção	39.870	2,68%	39	Médio	Médio	Baixo
Automobilística	14.104	0,95%	17	Alto	Alto	Médio
Bens de Capital	8.535	0,57%	16	Alto	Alto	Baixo
Cooperativa	6.395	0,43%	15	Baixo	Baixo	Médio
Demais Setores	68.887	4,63%	26	Médio	Médio	Baixo
Educação	4.724	0,32%	28	Médio	Médio	Baixo
Eletrodomésticos e eletroeletrônicos	5.181	0,35%	10	Alto	Alto	Baixo
Embalagens	3.946	0,26%	16	Alto	Médio	Alto
Energia Elétrica	32.355	2,17%	29	Alto	Baixo	Baixo
Extração	11.357	0,76%	13	Alto	Médio	Médio
Financeiro	305.187	20,49%	29	Baixo	Baixo	Baixo
Fumo e bebidas	14.560	0,98%	10	Alto	Médio	Alto
Holdíng	16.802	1,13%	38	Baixo	Baixo	Baixo
Indústria Geral	4.412	0,30%	16	Alto	Médio	Baixo
Lazer e turismo	5.291	0,36%	16	Médio	Médio	Médio
Material de Construção	4.240	0,28%	19	Médio	Médio	Baixo
Móveis e madeira	2.337	0,16%	20	Alto	Alto	Baixo
Papel e Celulose	5.906	0,40%	34	Alto	Alto	Médio
Pessoa Física	605.944	40,69%	40	Não Avaliado	Não Avaliado	Baixo
Petróleo e Petroquímico	12.966	0,87%	42	Alto	Médio	Alto
Produtos de Higiene e Limpeza	2.816	0,19%	19	Alto	Alto	Alto
Química	12.713	0,85%	19	Alto	Alto	Alto
Saúde	11.329	0,76%	30	Médio	Baixo	Baixo
Serviços Diversos	50.490	3,39%	30	Alto	Médio	Baixo
Siderurgia e Metalurgia	14.672	0,99%	20	Alto	Alto	Alto
Tecnologia da Informação	5.320	0,36%	15	Médio	Médio	Baixo
Telecomunicações	12.638	0,85%	6	Médio	Médio	Baixo
Têxtil	3.452	0,23%	18	Alto	Alto	Baixo
Trading	5.487	0,37%	13	Médio	Médio	Baixo
Transportes e Concessão	49.337	3,31%	36	Médio	Baixo	Médio
Varejo	65.647	4,41%	18	Alto	Alto	Médio
<b>Total Geral</b>	<b>1.489.201</b>	<b>100%</b>				
<b>Região Geográfica</b>						
Sudeste	780.533	52,41%	30			
Sul	142.169	9,55%	30			
Norte	42.910	2,88%	36			
Nordeste	133.644	8,97%	39			
Centro Oeste	297.258	19,96%	36			
Exterior	92.687	6,22%	33			
<b>Total Geral</b>	<b>1.489.201</b>	<b>100%</b>				

\*Cenário utilizado: Divergent Net Zero da Network for Greening the Financial System (NGFS), para o horizonte de 2030.

De maneira complementar, a Organização dispõe de processo de monitoramento do risco direto de perdas operacionais decorrentes de aspectos SAC, que são capturados por meio da identificação de processos administrativos e judiciais envolvendo questões como acessibilidade, trabalho escravo e/ou infantil, descumprimento de legislações ambientais (descartes inadequados de resíduos etc.) ou perdas decorrentes de inundação e enchentes.

Em 2024, a Organização reconheceu como perdas operacionais decorrentes de eventos sociais, ambientais e climáticos o montante de R\$ 113,3 milhões relacionados, de forma preponderante, a questões de acessibilidade (atendimento prioritário) e intempéries climáticas (enchentes e inundações).

**b) Identificação de concentrações significativas dos riscos mencionados no item (a) nas exposições de crédito da instituição, observando o disposto no art. 38-D, inciso V, da Resolução nº 4.557, de 2017**

Conforme tabela apresentada no item (a), todos os setores, em certa medida, podem estar expostos a eventos de RSAC de maneira direta ou indireta.

Dentre os setores identificados pela Organização, os mais suscetíveis a esses riscos são: alimentícia, automobilística, bens de capital, eletrodomésticos e eletroeletrônicos, embalagens, fumo e bebidas,

móveis e madeira, papel e celulose, petróleo e petroquímico, produtos de higiene e limpeza, química, siderurgia e metalurgia, têxtil e varejo. A exposição de crédito desses 14 setores representa 14% da carteira, com prazo médio de 20 meses.

### **c) Descrição de como os eventos mencionados no item (a) são considerados nos negócios, nas estratégias e no gerenciamento de capital da instituição, detalhando o horizonte de tempo considerado e os critérios adotados na priorização dos riscos avaliados**

A Organização atua constantemente para incorporar a avaliação dos RSAC nos negócios, na estratégia e no gerenciamento de capital, visando subsidiar a tomada de decisão e o desenvolvimento sustentável das empresas e sociedade.

A seguir, destacamos a incorporação dos eventos mencionados no item (a) nos nossos negócios (crédito, investimentos e seguros), na estratégia e no gerenciamento de capital.

#### **Negócios**

Acerca da concessão de crédito, a Organização avalia os clientes que atuam em setores com potencial de impacto e que possuem exposição de crédito relevante, ou que tenham infração de natureza social e ambiental conforme critérios internos. Essa avaliação compreende a análise dos RSAC e resulta na emissão de um *rating* socioambiental, o qual é apreciado e discutido nos respectivos fóruns de deliberação de crédito. Cabe ressaltar que todo o processo de concessão de crédito que demanda o parecer da área RSAC observa o RAS estabelecido pela Organização, o qual prevê medidas impeditivas e restritivas para determinados setores ou atividade.

No que tange às iniciativas de investimentos, destacamos que a Bradesco Asset Management (BRAM) possui metodologia de análise de fatores ASG para todas as modalidades de ativos sob gestão, incluindo títulos privados e públicos. No caso dos títulos privados, são considerados os temas materiais de cada setor para identificar os riscos e as oportunidades que as companhias enfrentam. Para os títulos públicos, a metodologia considera indicadores que mensuram a qualidade regulatória e as políticas públicas para um bom atendimento à população em serviços básicos, conservação da natureza e redução de desigualdade social. Dessa maneira, aspectos socioambientais estão incorporados aos negócios da BRAM, cuja missão é proporcionar retornos superiores e sustentáveis na gestão de investimentos dos clientes. No tocante às operações de *private equity*, a Organização possui amplo escopo de atuação para os investimentos, com flexibilidade em termos de setores, modalidades, *tickets*, períodos de investimento e estruturas. Os processos de originação, investimento e monitoramento levam em consideração a avaliação dos RSAC.

No âmbito das operações de seguros, o Grupo Bradesco Seguros (GBS) integra os aspectos ASG aos seus negócios mediante a oferta de soluções, produtos e serviços, buscando garantir o compromisso assumido de contribuir para o desenvolvimento sustentável do país. O Grupo integra os Princípios para Sustentabilidade em Seguros (PSI, na sigla em inglês), compromisso voluntário à Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP-FI), que busca manter a avaliação constante da demanda por produtos financeiros e de seguros que ofertem soluções adequadas aos clientes, tanto para impulsionar a economia de baixo carbono como para protegê-los dos impactos ou adaptá-los às transformações decorrentes das mudanças do clima. Adicionalmente, o GBS publica anualmente o relatório de sustentabilidade, disponível em [www.bradescoseguros.com.br/sustentabilidade](http://www.bradescoseguros.com.br/sustentabilidade).

#### **Estratégias**

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos produtos e serviços e da globalização dos negócios da Organização. Dessa forma, a Organização exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas e desenvolvendo e implementando metodologias, modelos e ferramentas de mensuração e controle.

As estruturas de gerenciamento de riscos são compostas por diversos comitês, comissões e departamentos que subsidiam o Conselho de Administração, o diretor-presidente, o diretor de Riscos (*Chief Risk Officer – CRO*) e a Diretoria Executiva da Organização no exercício de suas atribuições, conforme descrito no item "a" da tabela GVR. Nesse contexto, destaca-se o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático, cujo escopo de análise compreende operações de crédito e financiamento, análises de garantias, fornecedores e investimentos (vide mais detalhes na Tabela GER).

Os planos estratégicos e de negócios da Organização são respaldados por diversos fatores, com destaque à Declaração de Apetite por Riscos (RAS), que compreende os tipos e níveis de riscos que a Organização está disposta a assumir para atingir os objetivos. Na RAS, os RSAC estão representados por um conjunto de diretrizes impeditivas e restritivas relativas a setores sensíveis, atividades controversas e infrações socioambientais, que são consideradas em decisões de negócios da Organização.

## **Gerenciamento de capital**

O gerenciamento de capital é realizado de forma a proporcionar condições para o alcance dos objetivos estratégicos da Organização e para suportar os riscos inerentes às suas atividades, incluindo os riscos social, ambiental e climático. Esse gerenciamento busca manter, permanentemente, uma sólida base de capital para apoiar o desenvolvimento das atividades e fazer face aos riscos incorridos, seja em situações normais ou de estresse, resultando na constituição de *buffers* de capital mínimo gerencial sobre requerimentos mínimos regulatórios. A Organização, em sua gestão de capital, avalia uma visão prospectiva de três anos em que são consideradas hipóteses de mudanças no cenário econômico decorrentes de diversos fatores, incluindo eventos sociais, ambientais e climáticos, e nas expectativas dos negócios organizacionais. Para conter eventual possibilidade de deterioração dos níveis de capital e/ou liquidez, a Organização dispõe de Plano de Recuperação, que considera estratégias a serem adotadas em cenários adversos extremos, e conta com Plano de Capital e Plano de Contingência, que fazem parte do Processo do ICAAP (*Internal Capital Adequacy Assessment Process*).

### **d) Descrição das hipóteses de mudanças em padrões climáticos e de transição para uma economia de baixo carbono utilizadas na realização de análises de cenários, no âmbito do programa de testes de estresse**

A jornada de análise de impactos das mudanças do clima percorrida pela Organização teve início ainda em 2017 com a participação nos programas piloto da UNEP-FI. O objetivo das múltiplas rodadas desses programas inclui o desenvolvimento de metodologias de mensuração de impactos dos riscos climáticos. Recentemente, foram intensificados esforços objetivando aprimorar a capacidade de avaliação dos riscos climáticos e seus potenciais efeitos para a Organização.

Dentre esses esforços, destaca-se o programa de testes de estresse, que utilizou alternativas metodológicas distintas para ampliar a base de conhecimentos nessa agenda. Foram desenvolvidos métodos para avaliação de cenários associados às mudanças em padrões climáticos e à transição para uma economia de baixo carbono, visando aprofundar o entendimento de seus potenciais impactos.

## **I- Análise de cenários**

O ano de 2024 apresentou as mais altas temperaturas globais já registradas, o que está associado aos impactos das emissões antrópicas de gases de efeito estufa e à ocorrência de eventos sazonais como o El Niño, que gera um aumento da temperatura e mudanças do padrão de precipitação na América do Sul. As alterações decorrentes desse fenômeno podem trazer diversos impactos macroeconômicos como inflação de alimentos e combustíveis em virtude da quebra de safras. Essa perspectiva foi incorporada no âmbito do programa de testes de estresse da Organização. No cenário hipotético desenhado, é considerada a ocorrência crescente de eventos climáticos extremos, como super El Niño, fenômeno caracterizado pelo aquecimento das águas do Pacífico Equatorial que terá efeitos em PIB, câmbio, taxa de juros e inflação a partir do modelo de equilíbrio macroeconômico, conforme elaboração conjunta de cenário entre áreas de pesquisa econômica, negócios e gerenciamento de riscos financeiros.

Os cenários macroeconômicos são apreciados pelas áreas de negócio, que incorporam as variáveis macroeconômicas e estimam os resultados em diversos produtos, visando uma compreensão abrangente dos potenciais impactos nas carteiras, no resultado e nos índices de capital e liquidez.

## II- Análise de sensibilidade

Em uma perspectiva complementar, visando dimensionar uma escala de impactos diretos em clientes, foram realizadas análises de sensibilidade da exposição de uma amostra de operações realizadas com pessoas jurídicas atuantes em setores de elevada exposição a riscos climáticos físicos e de transição.

Para que as análises refletissem narrativas distintas acerca do comportamento de variáveis ligadas às mudanças do clima e que podem afetar os negócios das empresas, a Organização trabalhou com três cenários do NGFS (*The Network of Central Banks and Supervisors for Greening the Financial System*):

- *Delayed transition*: esse cenário assume a realização de políticas voltadas para a redução das emissões globais somente a partir de 2030, sendo, portanto, necessárias medidas mais severas para limitar o aquecimento global abaixo de 2°C.
- *Current policies*: esse cenário pressupõe apenas a manutenção das políticas atualmente anunciadas e implementadas, não havendo outros incrementos em regulação para coibir a emissão de GEE. A principal consequência dessa narrativa são os elevados riscos físicos projetados, que tendem a se agravar ainda mais com o passar dos anos. Isso ocorre mediante o aumento da concentração dos GEE, que são responsáveis por inúmeras alterações nos padrões climáticos, tais quais frequência e intensidade de eventos climáticos extremos.
- *Net zero*: neste cenário, são projetadas as variáveis considerando que existirá um esforço coordenado regulatório visando promover o alcance de uma trajetória de emissões alinhadas aos compromissos do Acordo de Paris. Assim, de maneira ordenada e planejada, são colocadas em prática as medidas necessárias para alcançar a redução de emissões necessária para limitar o aquecimento global abaixo de 1,5°C até o fim do século, minimizando os danos físicos causados pelas mudanças do clima.

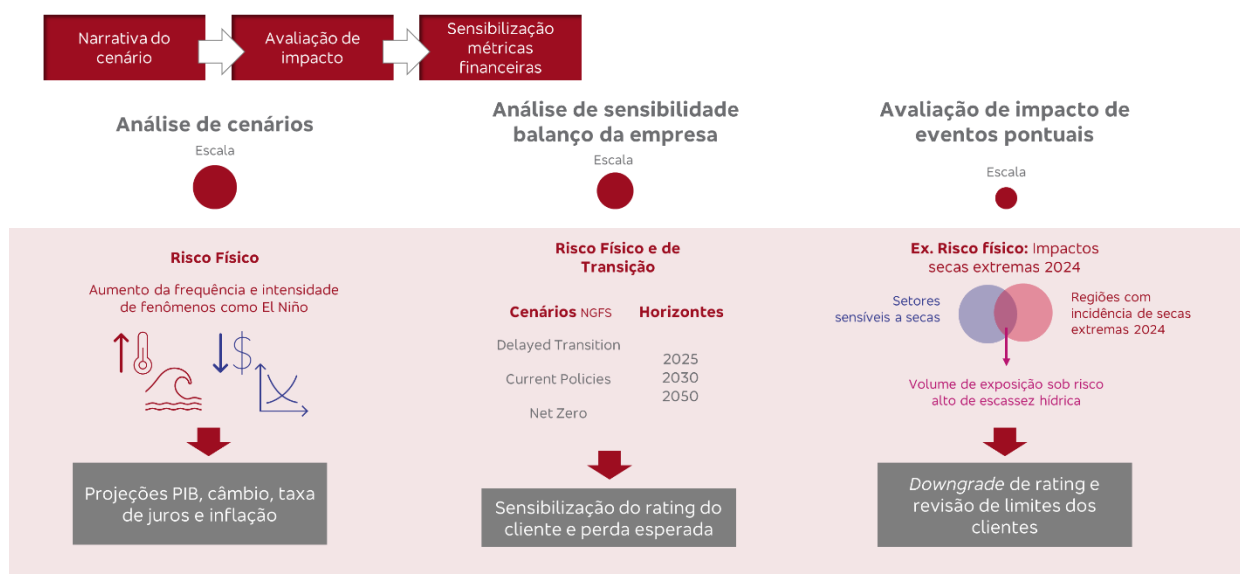
Os resultados das análises foram utilizados para simular possíveis impactos em variáveis, como os *ratings* de crédito das empresas, em cada um dos cenários climáticos. Cabe ressaltar que os modelos que permitem a avaliação de tais impactos ainda se encontram em estágio de maturação metodológica, possuindo relevantes limitações quanto à cobertura de variáveis e fatores de risco estimados. Portanto, existirá a constante necessidade de aprimoramento dessas metodologias, além da utilização de métodos complementares para a gestão adequada dos riscos em questão.

Tendo em vista a natureza prospectiva da avaliação dos impactos potenciais das mudanças do clima, os horizontes de análise são mais distantes que o horizonte de planejamento habitual das instituições financeiras. No contexto da gestão de riscos do Bradesco, são avaliados os impactos climáticos físicos e econômicos a partir de 2025 nos exercícios de estresse desempenhados. Adicionalmente, o

impacto do risco climático nos anos de 2030 e 2050 também é analisado, tendo em vista a sua relevância para a agenda global de mitigação das mudanças do clima e, conseqüentemente, para o acompanhamento dos compromissos da Organização.

### III- Monitoramento preventivo de riscos

Além dos processos de monitoramento e gestão estabelecidos, é realizado um monitoramento preventivo de temas ligados a mudanças do clima como resposta a situações específicas identificadas. Em 2024, as secas intensas e prolongadas em diversos municípios impactaram vários setores, com destaque para a agricultura. Visando gerenciar esse choque na carteira de crédito do banco, foi realizada uma avaliação baseada na sensibilidade setorial e territorial dos clientes. O resultado foi usado para revisar o *rating* e limites de empresas cuja situação financeira poderia ser severamente deteriorada pela escassez hídrica.



### e) Descrição da capacidade de adaptação da instituição, considerando as hipóteses mencionadas no item (d)

O resultado das análises não apresentou riscos materiais, à luz da metodologia e das premissas utilizadas. Podemos ressaltar que, em todos os cenários avaliados, a Organização demonstra solidez e resiliência financeira para fazer face aos cenários de estresse aplicados, não sendo rompidos os limites gerenciais de capital e liquidez. Os resultados sugerem a importância de monitoramento das condições de mercado e da adoção de uma estratégia de negócios que permitam antecipar e evitar conseqüências mais severas para a Organização.

É importante ressaltar que quaisquer exercícios realizados serão marcados por limitações metodológicas e de dados que podem refletir incerteza sobre os riscos aos quais a Organização está exposta. Contudo, independente de identificar a materialidade dos riscos nas avaliações realizadas, a Organização realiza o processo de alinhamento de sua estratégia aos riscos e está em constante processo de atualização da abordagem metodológica adotada, tendo em vista seu compromisso com a perenidade dos negócios e a intenção de contribuir para a transição rumo a uma economia de baixo carbono.

Visando apoiar na mitigação de tais riscos e aumentar a resiliência da Organização, foram estabelecidas metas de fomento a negócios verdes, caracterizados por operações que contribuem para um desenvolvimento econômico mais sustentável. Almejando o alinhamento entre negócios e o cumprimento do Acordo de Paris, foi proposta a descarbonização da carteira de crédito através do apoio a clientes em sua transição para uma economia de baixo carbono, conforme estabelecido junto à *Net Zero Banking Alliance*.

As avaliações realizadas revelam a capacidade de a Organização acomodar os impactos das mudanças do clima em sua estrutura de capital, ao passo que as estratégias climáticas em implantação buscam trazer mais protagonismo e resiliência para os negócios.

# Processos de gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático

(corresponde à Tabela GER da norma do BCB)



**bradesco**

Seguindo os princípios de proporcionalidade e relevância previstos pelo BCB, a Organização estabeleceu o escopo sobre o qual realiza o processo de identificação, avaliação e classificação dos RSAC. Esse escopo compreende a análise nas atividades de i) crédito e financiamento; ii) financiamento a projetos; iii) garantias; iv) fornecedores; e v) investimentos, os quais detalhamos a seguir.

Paralelamente a essas análises, a Organização identifica e avalia RSAC a partir de estudos e desenvolvimento de modelos sobre o tema. Ao longo do ano, foram desenvolvidos projetos de modelagem de variação potencial de produtividade agrícola e impactos de desastres decorrentes de riscos físicos, além dos desafios inerentes à construção de modelos para projeção de volume de energia hídrica gerada. Esses estudos resultaram de um convênio com o Instituto Euvaldo Lodi (IEL) – SENAI com a finalidade de conectar mercado e academia, gerando inovação no enfrentamento aos desafios da Organização.

### Concessão de crédito

Para a avaliação dos RSAC, são considerados fatores de risco associados aos setores econômicos de atuação dos clientes (risco inerente) e a exposição de crédito desses clientes em cada setor. Os clientes que atuam em setores com risco inerente médio ou alto e que possuem exposição de crédito relevante compõem o escopo da avaliação.

Para os clientes contidos nesse escopo é realizada uma avaliação de desempenho ambiental, social e de governança. Essa avaliação é conduzida por meio de aplicação e análise de um questionário que aborda aspectos relacionados a potenciais riscos, incluindo questões sobre impactos à biodiversidade e às comunidades tradicionais, violação aos direitos humanos, exposição à mudança climática, saúde e segurança ocupacional e conformidade legal, decorrentes das atividades exercidas pelos clientes.

A interseção entre o risco inerente do setor e a avaliação de desempenho resulta na classificação específica de *rating* do cliente, que pode ser um dos seguintes níveis de risco: mínimo, baixo, moderado, alto e muito alto.

Como forma de melhoria contínua, acompanhamos as atualizações e novas legislações sobre temas relevantes aos RSAC.

### Projetos

O escopo de análise de projetos é definido de acordo com a operação de crédito. A análise dos projetos é realizada por meio de *checklists* setoriais, que incluem a avaliação de licenças e estudos de impactos ambientais, programas de prevenção, mitigação, controle e compensação dos impactos.

São também incorporados nesse processo pesquisas em mídias e consultas a bancos de dados internos e públicos, como o cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à escravidão, a lista de embargos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e cadastros públicos de áreas contaminadas. A partir dessa análise é gerada a classificação de *rating* de risco do projeto, que compreende cinco níveis: mínimo, baixo, moderado, alto e muito alto.

A Organização também é signatária, desde 2004, dos Princípios do Equador, que têm como objetivo garantir que projetos financiados sejam implementados de forma socialmente responsável e reflitam as melhores práticas de gestão ambiental, social e climática previstas nos Padrões de Desempenho da International Finance Corporation (IFC) e nas Diretrizes de Saúde, Segurança e Meio Ambiente do

Banco Mundial. Os projetos enquadrados são classificados nas categorias A, B e C e recebem a classificação de *rating* de risco do projeto conforme descrito anteriormente. Para os projetos que apresentarem potenciais impactos relevantes são elaborados planos de ação e estabelecidos processos de auditoria periódica que auxiliam no gerenciamento e avaliação da conformidade social e ambiental.

### **Garantias imobiliárias**

O escopo de análise de garantias imobiliárias compreende imóveis rurais em que sejam identificadas restrições, e imóveis urbanos com indícios de contaminação que estejam situados em áreas industriais, galpões com armazenamento de material potencialmente contaminante, imóveis com tanques de combustíveis e terrenos livres em grandes centros urbanos.

Os imóveis enquadrados nesse escopo são submetidos a um processo de identificação de fatores de RSAC. Esse processo envolve empresas avaliadoras homologadas, contratadas para a análise das características físicas e de utilização do bem, a avaliação da existência de passivos e ativos ambientais no imóvel e no entorno, dentre outros aspectos. Além desse processo, é realizado um estudo geoespacial para validação e checagem dos critérios avaliados nos estudos realizados.

A avaliação do imóvel resulta em uma das seguintes classificações: liberado, restritivo e impeditivo.

### **Fornecedores**

Os fornecedores enquadrados no escopo de análise de RSAC passam por processo de auditoria executado por empresa especializada na gestão sustentável da cadeia de fornecedores com o objetivo avaliar o nível de gestão dos fornecedores.

Essa avaliação é feita por meio de *checklist* e entrevistas abordando três dimensões: i) responsabilidade social; ii) meio ambiente; e iii) saúde e segurança do trabalho. Essas dimensões compreendem aspectos relacionados à ética, questões trabalhistas, direitos humanos, gestão da cadeia de fornecedores, políticas ambientais, licenciamento, gestão de resíduos sólidos e emissões de gases de efeito estufa, saúde e segurança do trabalho etc.

Após as auditorias, o fornecedor estabelece um plano de ação para cada oportunidade de melhoria e não conformidade identificadas. Considerando os resultados da auditoria, o fornecedor recebe a classificação de risco mínimo, baixo, moderado, alto ou muito alto.

### **Investimentos**

Aspectos sociais, ambientais e climáticos estão incorporados nos negócios da Bradesco Asset Management (BRAM), cuja missão é proporcionar retornos superiores e sustentáveis na gestão de investimentos dos clientes. Como signatária dos Princípios para o Investimento Responsável (PRI), da Task Force on Climate-Related Financial Disclosures (TCFD), Investidores pelo Clima (IPC) e Associação de Investidores no Mercado de Capitais (AMEC), emprega transversalmente metodologias que analisam riscos, oportunidades e impactos potenciais decorrentes de aspectos ASG sobre o desempenho dos ativos. A BRAM dispõe de metodologia que confere pesos diferentes aos aspectos monitorados que se estendem a todas as classes de ativos (renda variável, renda fixa – títulos privados e públicos – e fundos de investimento) e pesos que variam de acordo as especificidades de cada setor. A BRAM realiza engajamento com as empresas e parceiros de negócios para que sejam adotadas as melhores práticas em seus segmentos de atuação.

De forma complementar, são analisadas as operações de *private equity* com objetivo de identificar eventuais infrações relativas ao trabalho análogo à escravidão, trabalho infantil, exploração sexual, áreas embargadas, áreas contaminadas e infrações que possam impactar a imagem e reputação da

Organização. A partir dessa avaliação, as operações de investimento recebem a classificação em um dos três níveis de *rating*: baixo, moderado ou alto.

#### **b) Descrição dos critérios utilizados para a classificação das exposições quanto aos riscos social, ambiental e climático, considerando o setor econômico, a região geográfica e o prazo médio das exposições**

Para classificação das exposições aos RSAC, a Organização desenvolveu critérios nos quais cada risco considera componentes específicos avaliados a partir das características do setor econômico de atuação e região geográfica para o risco climático, que permitiram sua classificação de impacto potencial alto, médio e baixo.

Os critérios de riscos sociais contemplam referências internacionais como os critérios da IFC, S&P, bem como registros de autuações, acidentes e trabalho infantil no Brasil. Os riscos ambientais de um setor são classificados a partir de critérios da IFC e S&P, assim como definições da Febraban e registros de agências reguladoras. Tendo em vista a inexistência de divulgações obrigatórias, órgão regulador ou arcabouço legal que permita um monitoramento específico, os critérios para avaliação dos riscos climáticos são dependentes das características do setor de atividade e região geográfica quanto as potenciais exposições a fatores físicos ou de transição.

No que diz respeito aos fatores climáticos, os riscos físicos são avaliados por setor e região geográfica do cliente considerando as exposições aos riscos agudos, como o potencial de danos às estruturas mediante ocorrência de eventos extremos; ou aos riscos crônicos, como a necessidade de recursos naturais no processo produtivo. Sobre o processo de transição para uma economia de baixo carbono, são avaliados os riscos de mercado, como o uso de insumos carbono-intensivos; risco reputacional, como o histórico de abalos à imagem de empresas do setor em decorrência de eventos climáticos; risco regulatório, como a incidência de precificação de carbono no mercado internacional; e o risco tecnológico, como a disponibilidade de tecnologias substitutas ao produto em questão. Todos os componentes são consolidados para constituição de métrica comum, que permite a classificação do risco como alto, moderado ou baixo.

A respectiva classificação é utilizada na constituição de matriz que compreende dois eixos: impacto potencial do cliente e relevância de sua exposição na carteira de crédito para o monitoramento periódico dessa exposição.

#### **c) Descrição dos mecanismos utilizados para a identificação tempestiva de mudanças políticas, legais ou regulamentares que possam impactar o risco climático de transição incorrido pela instituição**

Possuímos um processo para identificação e comunicação tempestiva de mudanças, legais ou regulamentares, que possam impactar as atividades e negócios da Organização com o uso de plataformas especializadas que capturam, de forma automatizada, leis, normativos, resoluções e encaminham às áreas potencialmente interessadas para avaliação dos possíveis impactos e avaliação quanto à necessidade de implementação de ação e/ou da elaboração de plano de adequação.

Esse monitoramento abrange leis federais aplicáveis às atividades da Organização, bem como normativos de órgãos reguladores e de autorregulação (Banco Central, CVM, ANBIMA, ABECS, FEBRABAN, COAF e OAB FEDERAL), legislações e atos normativos expedidos pelo Congresso Nacional, Poder Legislativo, Poder Executivo, Presidência da República, Ministério da Economia, Ministério da Justiça e Segurança Pública etc.

Além disso, participamos das discussões sobre projetos de lei nas esferas federal, estadual, distrital ou municipal, bem como dos editais de consultas públicas, dos reguladores e autorreguladores, relacionados à agenda climática e que podem impactar o setor financeiro.

Cabe ainda ressaltar que todos os gestores da Organização (inclusive das unidades no exterior) possuem a responsabilidade de verificar, avaliar e implementar as ações necessárias para assegurar a plena conformidade das atividades às leis e regulamentos aplicáveis ao seu negócio, sempre respeitando a jurisdição local.

#### **d) Descrição dos mecanismos utilizados para o tratamento, no âmbito de gerenciamento integrado de riscos, das interações entre os riscos social, ambiental e climático, e entre esses e os demais riscos incorridos pela instituição**

Os RSAC estão intrinsecamente conectados e demandam processos de gestão capazes de endereçar essas interconexões ao passo que preservam suas particularidades. Visando contemplar essa realidade, a Organização adota um programa de estresse que visa avaliar suas condições para lidar com situações de incerteza causada por fatores de origem social, ambiental e climática.

Visando entender as interações entre os RSAC, foi elaborado um cenário de estresse que contemple eventos decorrentes desses riscos simultaneamente. Por meio desse exercício, são consideradas as implicações do cenário RSAC sobre os principais riscos relevantes da Organização. Conforme descrito no item (d) da Tabela EST, esse processo envolve estimativas de impactos por diversas áreas de negócios. Ao considerar tais impactos em seus respectivos planejamentos, as áreas permitem a avaliação de resultados estimados para seus produtos, carteiras e ativos em decorrência de fatores RSAC.

Tendo em vista a amplitude do exercício de estresse, são consideradas as consequências macroeconômicas dos cenários que permitem a avaliação de oscilação de taxas de juros, preços de mercado dos ativos e potenciais oscilações que constituem risco de mercado. Conforme definido no processo, as projeções são consolidadas para uma análise ampla de consequências imediatas e efeitos futuros na Organização de maneira integrada.

As variáveis macroeconômicas sensibilizam as projeções das carteiras e dos resultados dos exercícios de estresse, levando em consideração, entre outros fatores, riscos de mercado associados à variação da taxa de juros e impactos de marcação a mercado de títulos, além do gerenciamento do descasamento de ativos e passivos (*Asset Liability Management – ALM*). De forma análoga, as possíveis dificuldades de negociação de posições a preço de mercado e capacidade para honrar obrigações de forma segura e em tempo hábil devem estar contempladas nas considerações acerca do risco de liquidez que eventos RSAC podem causar.

O programa de testes de estresse permite a avaliação da capacidade detida pela Organização para navegar pelas adversidades decorrentes de cenários desfavoráveis. Um cenário de negócios comprometido por RSAC traria consequências nas operações das contrapartes que afetam o risco de crédito avaliado no âmbito do programa. Suas implicações em resultados projetados, índices de capital e liquidez constituem a base dos planos de contingência e estratégia da Organização.

De forma complementar, foram realizados exercícios isolados, ainda no âmbito do programa de estresse, cujo objetivo é a análise de consequências de eventos pontuais com implicações de liquidez, risco de mercado, e risco de crédito decorrentes de causas SAC. São componentes desse exercício as análises de sensibilidade aos RSAC, elaboradas por meio de simulações de riscos de análise de acidente ambiental e diferentes cenários climáticos.

Adicionalmente, no ano de 2024, foram realizados exercícios de avaliação de impactos da escassez hídrica em risco de crédito, dentre outros modelos desenvolvidos para a ampliação da visão de RSAC e seus impactos. As abordagens, em conjunto, buscam oferecer uma dimensão ampla das consequências dos riscos sociais, ambientais e climáticos e suas interações com demais riscos relevantes da Organização, permitindo a ampla discussão de seus impactos e sua consideração para planos e estratégias.

No âmbito das operações de seguros, o Grupo Bradesco Seguros elabora estudos de mensuração do impacto financeiro para os diferentes temas definidos como relevantes para o RSAC do Grupo Segurador e sua consequência no Risco de Subscrição de cada empresa, que em partes já contempla o RSAC como componente de seu risco. O montante mensurado para cada tema é feito por meio de cenários de estresse específico. Os montantes complementares, não constante no Risco de Subscrição, são considerados como componente e parte do *buffer* de capital para os riscos relevantes, que compõem o apetite a risco global do Grupo Segurador.

#### **e) Descrição dos processos de gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático, destacando o monitoramento, o controle e a mitigação desses riscos**

Os processos de gerenciamento de risco passam pela identificação e classificação de RSAC em diferentes frentes, considerando o conceito de primeira e segunda linhas estabelecidos pela Organização.

Na primeira linha, são avaliadas as requisições de crédito por meio de um questionário envolvendo os temas SAC, conforme descrito no item (a) desta tabela. Assim, o monitoramento dos riscos percorre a revisão periódica do *rating* socioambiental, considerando a relevância do grau de risco. Quanto maior o nível de risco, menor é o prazo para revisão do *rating* e maiores são as orientações de salvaguardas ao financiamento.

A Organização também dispõe de cláusulas contratuais padrão que preveem a prerrogativa de vencimento antecipado de contratos caso seja identificado o descumprimento de alguma cláusula de mitigação de riscos. Especificamente para financiamento a projetos enquadrados em Princípios do Equador, além da inclusão de cláusulas específicas nos contratos de financiamento, são adotados procedimentos complementares de acompanhamento que incluem visitas e avaliações, bem como elaborados planos de ação para prevenção, controle, mitigação e compensação dos danos socioambientais inerentes aos projetos.

A segunda linha envolve a identificação de riscos e suas projeções futuras, de modo a quantificar possíveis riscos aos quais a Organização será exposta ao longo do tempo, em diferentes cenários. Para tal, a Organização faz parte de fóruns de discussão de cenários de riscos, além de contar com uma consultoria especializada no tema, e conecta as avaliações com indicadores financeiros relevantes.

#### **f) Descrição dos mecanismos utilizados para o monitoramento de concentrações em setores econômicos, regiões geográficas ou segmentos de produtos e serviços mais suscetíveis a sofrer ou causar impactos sociais, ambientais e climáticos**

A Organização efetua o monitoramento de concentrações em setores econômicos por meio de métricas de acompanhamento dos limites de concentração das operações de crédito para os grupos Econômico, de Setor e Transferência (concentração por países).

Especificamente para setores mais suscetíveis aos RSAC, a concentração da exposição de crédito é apreciada mensalmente pelo Comitê de Riscos, permitindo avaliar como está sendo realizada a alocação de recursos para esses setores (vide item “b” da Tabela GVR).

Para avaliar a vulnerabilidade geográfica da carteira de crédito, são utilizadas informações de ameaças físicas disponibilizadas nos portais AdaptaBrasil e CEMADEN. Através desses dados públicos contendo manifestação presente e projeção de ameaças, como enxurradas e secas extremas, é possível identificar o risco de concentração regional e setorial em áreas de maior vulnerabilidade.



**bradesco**